

EDITORIAL

GEOPOLÍTICA, DEFESA E ESTRATÉGIA: O RESGATE DOS ESTUDOS GEOPOLÍTICOS NA CONTEMPORANEIDADE

Vivemos tempos de incertezas em um mundo em constante transformação. Tamanha velocidade de mudanças nos dá a sensação de que perdemos o fio da meada da história. Imersos nessa realidade, podemos dizer que as últimas décadas têm desenhado uma nova geopolítica, baseada na fluidez dos espaços. “A tecnologia é uma fábrica de contração do tempo e do espaço”, afirmava a Professora Bertha Becker. O desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações criaram as infovias, encurtaram os espaços, tornando-os fluídos. E então, o mundo diminuiu.

Mas esse mundo aparentemente diminuto e dominado por forças globalizantes, que parecem integrar o mundo em uma grande aldeia, carrega consigo forças de resistência, dos lugares e das nações. Nesse sentido, é interessante relembrar a observação de Henry Kissinger em meados da década de 1970: “O mundo diminuiu, mas as nações não se aproximaram”. Entre a percepção globalizante de Bertha Becker e a leitura da prevalência das lógicas nacionais de Kissinger, as primeiras décadas deste século são marcadas pelo que Robert Kaplan denomina de “vingança da geopolítica”. No cenário hodierno a geopolítica pragmática impõe-se de forma incontornável nas relações internacionais, com claros reflexos para a segurança, defesa e estratégia.

A Geopolítica é um campo controverso do conhecimento. Ela surge no final do século XIX como uma simbiose entre estudos da Geografia, da História e da Política, sob uma abordagem notadamente organicista. Utilizando-se de um ferramental analítico das Ciências Naturais, ela interessava-se, sobretudo, em desvendar as leis que regem a disputa de poder entre Estados numa luta de vida ou morte pela conquista de seu “espaço vital” e pelo controle do “coração” desses “organismos” territoriais.

Fortemente apoiado nas concepções de Ratzel, era assim que os Estados eram vistos: como “organismos territoriais”. Como “seres vivos” que nascem, crescem e morrem. Há, entretanto, que se considerar uma diferença fundamental entre os seres vivos de fato e esses “organismos territoriais”. Diferentemente do que ocorre com aqueles, esses “organismos territoriais” são desprovidos de capacidade migratória. Os Estados Nacionais estão to-

dos condenados a viverem eternamente confinados em seus próprios territórios. Daí o imperativo geopolítico da localização: aos Estados não é dado (ou seria muito custoso) a opção estratégica de “mudança domiciliar”. Os Estados são fixados aos seus territórios. Entretanto, a restrição da localização pode ser superada por um atributo do Estado “organismo”: a sua constante tendência à projeção externa e, no limite, à expansão.

Para a Geopolítica clássica, “espaço é poder”. Como área do conhecimento, ela surge em um contexto histórico único: vivia-se o auge do imperialismo e do processo de mundialização, quando o conhecimento físico e cartográfico do planeta se completou. Halford Mackinder em sua famosa conferência intitulada “O Pivô Geográfico da História”, proferida em 25 de janeiro de 1904, na Real Sociedade Geográfica de Londres, denominou aquele período de idade “pós-Colombiana”, pois, para ele, pela primeira vez na História a humanidade se percebia vivendo em um sistema mundial fechado. O contorno do *mapa mundi* estava completo. Não restavam mais áreas a serem descobertas. Não havia mais espaço para reivindicação de propriedade. É nesse contexto que se observa a intensa corrida das potências europeias em busca de mais colônias na África e na Ásia – em parte pelo lucro, em outra parte, como diz Paul Kennedy, pelo medo dessas potências de serem eclipsadas. O fato é que, naquele contexto, estavam dadas todas as peças do grande tabuleiro de xadrez mundial.

Embora fosse dotada de um potencial descritivo e analítico ímpar, a Geopolítica nascia como instrumento prescritivo para a ação política das potências. Assim, a tensão inerente entre ciência e instrumento político afetou negativamente como ela cruzou o século XX: afastada dos meios acadêmicos, que a consideravam uma pseudociência, condenada pelos momentos obscuros resultantes de sua apropriação por governos totalitários; mas, por outro lado, praticada e apreciada pelos governos, ainda que sob o rótulo de “Grande Estratégia”, como uma ferramenta prospectiva necessária ao planejamento estatal.

O século XX se encerra marcado pela ampliação da interdependência global, onde a ideia de fronteiras impermeáveis que continham os Estados como unidades soberanas, hermeticamente fechadas, passa a ser gradual e sistematicamente dissolvida. Sob uma narrativa globalista, a Geopolítica clássica parecia fadada ao desuso, sendo substituída por uma geoeconomia, supostamente dominada por novos atores globais – as empresas transnacionais ou agentes do mercado financeiro internacional. O mundo parecia finalmente dominado pelos fluxos. Falava-se no fim dos territórios ou na desterritorialização. E nesse novo ambiente a Geopolítica parecia agonizante.

Entretanto, no contexto da crise financeira mundial observada a partir de 2007, a preocupação crescente com o esgotamento dos recursos na-

turais, a emergência e a re-emergência de grandes potências na Europa e na Ásia e de novos poderes regionais, a multiplicação dos conflitos, guerras civis e ataques terroristas e a intensificação das migrações internacionais, compõem um novo cenário mundial que favorece a revalorização da Geopolítica como espécie de “vingança”. Cenário que também contraria o prognóstico de Francis Fukuyama no início dos anos 1990 sobre o fim da história. A história parece não apenas ter voltado como de fato sempre esteve presente, eclipsada pelo triunfalismo ocidental do pós-guerra fria.

Descobre-se hoje que premissas da Geopolítica clássica – que pareciam enterrados pela poeira do tempo – ressurgem, dando sinais de que as relações entre os Estados não se pautam unicamente pela razão e pela construção da legitimidade, como parece sugerir a narrativa diplomática predominante nas últimas décadas, baseada em instrumentos de *softpower*, mas também pela força, em que instrumentos de *hardpower* são utilizados sem o constrangimento de outrora. Em outros termos, o uso da dissuasão e da coerção como fontes de poder. A ideia de Clausewitz de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” parece retomar seu significado pleno, outrora perdido numa arena internacional calcada na prevalência do multilateralismo e do direito. Temas como política de poder, interesse nacional e segurança nacional, voltam com força aos debates acadêmicos e às agendas de governo.

Em termos conjunturais, desenha-se uma nova configuração de poder na arena mundial. Depois de um mundo entrecortado por acordos multilaterais, constituído por blocos regionais e coalizões de geometria variável, estamos hoje diante da tendência à revalorização das soberanias nacionais, ou do individualismo estratégico das Nações, fenômeno que alguns tem chamado de “desglobalização” ou “re-nacionalismo”. Sob esse aspecto, é irônico imaginar que a potência que liderou o processo de globalização nas duas últimas décadas apresenta-se agora como defensora da ideia de fronteira rígida com a construção de muros, ao mesmo tempo em que a sua principal rival, uma potência não democrática, adota discurso globalista, como quem assume a condição de líder emergente de um mundo em transe.

Essa, portanto, é a geopolítica que deve predominar nas próximas décadas, qual seja, com os olhos no futuro, mas fiel à sua tradição e atenta aos fixos, mas também aos fluxos. É do entrelaço entre movimentos globalistas e de desglobalização que se construirá o mundo do século XXI. O sistema internacional resulta da coexistência de forças de abertura (movimentos que tendem a tornar o mundo cada vez menor e mais globalizado) e forças de fechamento (movimentos de resistência dos lugares – das nações – e que contribuem para a fragmentação mundial).

É nesse contexto de transformações globais e nacionais que consideramos oportuno o lançamento do Dossiê Especial intitulado “Geopolítica, Defesa e Estratégia: O Resgate dos Estudos Geopolíticos na Contemporaneidade” da *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* (RBED). Nele, propõe-se discutir o ressurgimento da geopolítica em abordagens com ênfase em Política, Estratégia, Defesa e Segurança Internacional.

Na primeira seção são discutidas questões conceituais e epistemológicas em Geopolítica. Inicialmente, Érika Amusquivar e Rodrigo Passos apresentam, em “A gênese da Geopolítica e sua difusão na história mundial” um rico panorama sobre o início da disciplina entre os séculos XIX e XX com um resgate do pensamento de autores como Haushofer. Em “Delimiting Geopolitics: a formal approach to define the Geopolitical Subject”, De Leon da Costa discute a necessidade de se estabelecer um limite ao escopo da Geopolítica. Para o autor, atualmente o termo “geopolítica” tem sido utilizado de forma ampla, mas muitas vezes desprovido de elementos fundamentais de uma análise de fato geopolítica no sentido de relações entre atores políticos, territorialmente definidos, envolvendo aspectos políticos, econômicos e militares. Tiago Tasca encerra a seção com o artigo “Do Interesse Nacional à Estratégia de Segurança Energética: Um Diálogo Epistemológico”. Nele o autor apresenta o debate epistemológico sobre o conceito de interesse nacional. O trabalho analisa as aproximações entre o interesse nacional, geopolítica e segurança energética como elementos fundamentais para a compreensão da estratégia de diversificação na arena energética.

A segunda seção revisita o pensamento geopolítico brasileiro por meio de dois artigos. No primeiro, André Luiz Varela, em “A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado”, propõe-se a demonstrar a atualidade das ideias geopolíticas de Mário Travassos, especialmente no que diz respeito à influência norte-americana na região, especialmente na Amazônia. Em “Grande, só o Brasil: As regiões platina e amazônica no centro do pensamento geoestratégico do Estado”, Adriano Oliveira apresenta um panorama da geopolítica do Brasil produzido por militares na primeira metade do século XX. Trata-se de uma interessante síntese sobre a geopolítica produzida por esses militares, notadamente Travassos, Lysias Rodrigues e Golbery.

A terceira seção discute os novos desafios geopolíticos no contexto da globalização. Em “Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle”, Lucas Portela recorre a autores da chamada nova geopolítica para discutir o controle estratégico-territorial do espaço cibernético como mais um elemento de disputa de poder no tabuleiro internacional. Em “Geoprocessamento como meio operacional e estratégico para defesa fronteiriça”, Silmara Cravo e Pedro Janzantti dis-

cutem as diferentes possibilidades de uso das Tecnologias da Informação Geográfica para o monitoramento fronteiriço. Fernanda Corrêa, Alcides Peron e Luiz Vergueiro contribuem para o dossiê com o artigo “Geopolítica e o Domínio Aeroespacial: da Supremacia da Aviação Militar à Exploração Espacial por Fusão Nuclear”. A partir de dois estudos de caso – aviação a *laser* e propulsão nuclear espacial – o texto discute como mudanças e inovações tecnológicas desde a guerra fria à atualidade transformam os estudos aeroespaciais, com sérios rebatimentos para a Geopolítica. Em “Uma Geopolítica sem território: o ciberespaço e as novas fronteiras da guerra”, Aluysio Athayde apresenta a resenha do livro *Relações internacionais cibernéticas (CiberRI): oportunidades e desafios para os estudos estratégicos e de segurança internacional*, organizado por Marcos Guedes, Ricardo Borges e Gills Lopes. O livro se propõe a discutir o espaço cibernético sobre a perspectiva teórica das Relações Internacionais, entendendo o ciberespaço como um novo desafio à geopolítica, impactando sobremaneira no processo de transformação das operações militares.

A quarta seção se dispõe a tratar da reconfiguração do tabuleiro internacional, discutindo o comportamento de duas grandes potências: EUA e Rússia. Em “Fundamentos da Geopolítica Neo-Eurasianista na Inserção Russa no Caso Sírio”, Thainá Nunes e Mayane Silva articulam teorias geopolíticas e a teoria de equilíbrio de poder de forma a interpretar a racionalidade do envolvimento russo na guerra da Síria. Destaca-se no texto a explicação sobre a vertente geopolítica do neo-eurasianismo e de sua relevância para compreender os movimentos de Moscou em seus esforços de reposicionar a Rússia como grande potência na Eurásia. Bruna Moreira, em “Geopolítica e Energia na Região do Cáspio” posiciona sua lente analítica no papel basilar que a região possui para a geopolítica energética contemporânea. A geopolítica do Cáspio é apresentada como um vetor explicativo do *framework* da ação política e geopolítica das grandes potências que competem naquela região. Em “Segurança Alimentar Russa: Estratégia de Autonomia para uma Geopolítica de Incertezas” Thiago Lima discute o papel estratégico do setor agroindustrial para a Rússia numa perspectiva geopolítica. O texto se destaca pela originalidade, trazendo o enfoque geopolítico para o mercado internacional de *commodities*. Por fim, Flávio Rocha Oliveira apresenta a resenha do livro. *Sea Power. The History and Geopolitics of the World's Oceans*, onde atesta a atualidade da geopolítica marítima de Alfred T. Mahan, abordada por Stavridis como subsídio para uma estratégia americana em relação aos seus desafios de segurança advindos de atividades navais de países como Rússia e China. Rica em sua avaliação crítica da obra de Stavridis, a resenha se apoia, em sua reflexão, numa literatura consistente e atual sobre o tema em apreço.

Na última seção discute-se o atual contexto geopolítico sul-americano por meio de dois artigos. No primeiro, partindo das mudanças observadas nas dinâmicas regionais de segurança na América do Sul, Thales de Carvalho e Andréa de Souza, em “O Complexo Regional de Segurança Sul-Americano e a institucionalização regional ao longo do tempo”, buscam discutir o papel das mudanças geopolíticas observadas na região nas últimas décadas e seu impacto no processo de institucionalização de uma arquitetura regional de segurança. Encerrando, Aldomar Rückert, em “América do Sul: Infraestruturas em Regiões Periféricas e Tendências Atuais”, analisa, no contexto da Unasul, o impacto de políticas territoriais direcionadas a infraestruturas nos processos de integração sul-americana.

Assim, num contexto contemporâneo onde coexistem a perspectiva da geopolítica dos fluxos e o resgate das premissas da geopolítica dos fixos é que a iniciativa para a elaboração desse dossiê foi pensada. A proposta se insere no objetivo macro de identificar os estudos geopolíticos gestados no Brasil, bem como o fortalecimento desse campo de conhecimento no país, além de pôr em relevo as perspectivas geopolíticas de análise da reconfiguração do poder no tabuleiro internacional. Convidamos os leitores a uma leitura atenta dos artigos aqui apresentados e desejamos fecundas reflexões geopolíticas.

Wanderley Messias da Costa (USP)

Oscar Medeiros Filho (CEEEEx/EB)

Selma Lúcia de Moura Gonzales (ESG/Brasília)

Augusto W. M. Teixeira Júnior (UFPB/ECEME)

Editores Convidados